

PROGRAMA DE GOVERNO DE GUILHERME FONSECA PARA PERNAMBUCO

TRABALHO E SALÁRIO PELO DIREITO À VIDA ALÉM DO TRABALHO

- * Salário mínimo estadual, rumo ao salário-mínimo necessário, calculado pelo DIEESE, para a garantia dos direitos básicos constitucionais: moradia, transporte, saúde, educação e lazer.
- * Plano estadual de obras públicas necessárias e ecológicas: universalização da rede de esgoto, hospitais, escolas, creches, infraestrutura e transporte para gerar empregos e atender as necessidades sociais.
- * Fim da terceirização! Contratação dos trabalhadores terceirizados do estado para serem efetivos do estado, com salário e direitos iguais ao trabalhador efetivo. Incorporação imediata dos terceirizados nos serviços públicos e abertura de concursos públicos para novas contratações.

SAÚDE

- * Defesa do SUS público, universal, gratuito e 100% estatal
- * Fim da privatização e da gestão privada da saúde (OSs, fundações e PPPs)
- * Proibição da transferência de leitos públicos para planos privados
- * Ampliação do investimento público em saúde, com prioridade para atenção básica em todo o Estado
- * Construção de hospitais de média e alta complexidade no interior para que haja uma transição programada dos que não seja necessário o Tratamento Fora de Domicílio, os TFD's.
- * Cuidado com a saúde mental. Ampliação do investimento público nos CAPS, no Serviço de Residências Terapêuticas e Centros de Convivência. Nenhum investimento público em Comunidades Terapêuticas.
- * Contratação via concurso público e valorização dos trabalhadores da saúde
- * Produção pública de medicamentos e insumos estratégicos pelo LAFEPE
- * Expansão da rede pública de hospitais, UPA's e unidades básicas
- * Redução da jornada de trabalho para 30h semanais para enfermeiros e psicólogos.

EDUCAÇÃO

- * Nenhuma verba pública para os grandes empresários da educação!
- * Fim das Parcerias Público Privadas (PPPs), das terceirizações e da aquisição de materiais e serviços dessas empresas pelas redes públicas de ensino.

*Revogação das propostas curriculares elaboradas pelos grandes empresários da educação e fundações privadas (BNCC e Novo Ensino Médio). Por propostas curriculares elaboradas pelos trabalhadores da educação.

- Não à militarização das escolas e a projetos de controle ideológico como "Escola sem partido"

- Por um Ensino Laico e sem interferência das Igrejas. Não ao intervalo bíblico nas escolas estaduais.

- Não à plataformização da educação! Por uma formação completa, crítica e científica nas escolas públicas.

- Valorização dos profissionais da educação, com carreira e salários dignos

- Ampliação de vagas em creches, escolas e da UPE via plano de obras públicas

- Construção de Restaurante universitário nos Campi da UPE. Recomposição do quadro de Docentes e Técnicos Administrativos da UPE com reajuste salarial e plano de cargos e carreira valorizado.

- Garantia de permanência estudantil (transporte, alimentação, bolsas)

- Investimento massivo na educação pública com a construção de Creches, escolas, campi.

* Produção de conhecimento voltada às necessidades sociais, e não ao mercado

*Por um sistema único de educação para todas as crianças e adolescentes. Abaixo o abismo entre educação de ricos e pobres!

CULTURA, ARTE, ESPORTES E LAZER

*Cultura, Arte, Esportes e Lazer não são mercadoria, são direitos!

* Fortalecimento e Valorização da Cultura, da arte e dos artistas e profissionais da cultura

* Fora a apropriação e publicidade das Bet's dos espaços como Carnaval, São João, Festivais e Show. Eventos públicos não podem ser palco para empresas de apostas!

* Pagamento do cachê de todos os artistas e profissionais

* Garantia de construção de equipamentos culturais como Teatros, Cinema, Museus, Conservatórios de música, artes plásticas

* Concurso públicos para contratações de músicos, artistas plásticos, atores e guias e toda os profissionais dedicados a cultura e arte no Estado

* Não a Privatização de parques e quadras esportivas

* Construção de equipamentos públicos como Parques, quadras esportivas dentro do plano de obras do Estado

* Contratação de profissionais das áreas de Educação Física para que tenham atuem nos parques e equipamento esportivos públicos.

* As creches, escolas estaduais devem todo o dinheiro públicos necessário para que exista infraestrutura e profissionais para que a Cultura, Arte, Esportes e Lazer sejam parte do currículo e do desenvolvimento das crianças e adolescentes de PE

MORADIA

* Casa é para morar, não para lucrar: expropriação dos imóveis utilizados pela especulação imobiliária que todos os imóveis cumpram uma função social.

* Fim dos despejos

* Construção de moradias populares e infraestrutura por empresa pública de obras

* Plano diretor com garantia de acesso a serviços e direitos

* IPTU progressivo com isenção para baixa renda

* Planejamento urbano decidido pelo povo organizado

TRANSPORTE PÚBLICO

* transporte público, estatal, de qualidade e voltado às necessidades da população, sob controle público e dos trabalhadores e não aos interesses das empresas.

* Contra a privatização e estadualização do metrô do Recife, estatização das estradas que cobram pedágios, para cessar o aprofundamento da lógica mercantilista da mobilidade.

* Tarifa zero no transporte público financiado através da taxação das grandes empresas.

* Estatização dos sistemas de transporte urbano e reversão das concessões privadas.

* Fim dos subsídios públicos às empresas privadas de transporte.

* Ampliação e integração da rede (ônibus, metrô, trem).

* Garantia de qualidade, manutenção adequada e ampliação do número de linhas

* Redução do tempo de deslocamento da população trabalhadora.

* Prioridade para transporte coletivo sobre o individual.

* Condições dignas de trabalho para os trabalhadores do transporte e recontração de todos os cobradores demitidos, os motoristas não podem acumular as funções.

APOSENTADORIA

* Reversão das Reformas da previdência aplicadas no estado de PE aos servidores públicos.

MEIO AMBIENTE

*É preciso enfrentar o agronegócio e os governos capitalistas e defender medidas visando o fim do uso de agrotóxicos, a recuperação de áreas degradadas, a promoção da agroecologia e a aceleração da demarcação de terras indígenas e territórios quilombolas:

*Fim dos créditos públicos e dos subsídios estatais ao agronegócio;

*Recuperação das áreas desmatadas e dos biomas devastados pelo agronegócio;

*Reparação e demarcação imediata das terras indígenas, titulação dos territórios quilombolas e proteção das comunidades tradicionais;

*Reconhecimento e reparação das populações atingidas por crimes ambientais;

*Garantia do direito à autodefesa de todas as comunidades e militantes que lutam em defesa do meio ambiente, diante da violência patronal e estatal

* Planos de prevenção contra os efeitos do aquecimento global tal como: -prevenção contra enchentes - prevenção contra deslizamentos de áreas de risco que atinge as moradias mais precárias

*planos de emergência e defesa civil :alertas e evacuação, com participação comunitária

* impedir que a ocupação do solo seja feita pela especulação imobiliária;

* reflorestamento urbano;

* defesas dos rios e recursos hídricos que foram privatizados

* É preciso superar o modelo do agronegócio e construir formas de produção que respeitem os territórios, os povos e os limites ecológicos da Terra.

*Garantia da soberania alimentar para acabar com a fome no estado de PE e produzir uma agricultura livre de agrotóxicos.

TERRA PARA QUEM NELA VIVE E TRABALHA!

*Terra a quem nela trabalha!

*Por reforma agrária e por uma revolução na estrutura do campo brasileiro! Transferir o controle das terras para os trabalhadores rurais, transformando estruturalmente as relações de propriedade, poder e produção no campo e pondo fim à exploração que enriquece bilionários.

*Demarcação de terras indígenas e quilombolas.

* Assentamentos com garantia de infraestrutura rural, como moradia, água, energia e estradas. Assistência técnica e garantia de comercialização, articulando o acesso à terra com condições reais de permanência no campo.

*Criação de redes locais de produção, voltadas à produção, comercialização e resistência, capazes de enfrentar o agronegócio. Autonomia para quem produz alimentos e soberania alimentar.

*Crédito público direcionado, sem intermediação privada, com juros baixos, combinado com subsídios ao pequeno produtor, incluindo isenção de impostos, seguro agrícola e políticas que evitem endividamento.

*Fortalecimento da organização coletiva, com cooperativas e associações condições de produção que permitam aos pequenos produtores disputar não apenas a produção, mas também a circulação e a definição do que se produz, deslocando o centro de decisão hoje concentrado no agronegócio para os próprios trabalhadores do campo.

*Incentivo ao processamento da produção pelas próprias famílias e organizações camponesas, agregando valor e gerando renda no campo.

*Educação no campo, combate ao analfabetismo e valorização dos saberes locais.

*Combate efetivo ao trabalho análogo à escravidão, com fiscalização rigorosa, punição exemplar aos responsáveis e expropriação das empresas onde essas práticas forem identificadas, colocando-as sob controle dos trabalhadores.

*Condições de trabalho seguras, com acesso a equipamentos de proteção e políticas de saúde e segurança.

SEGURANÇA PÚBLICA

- Combater o crime organizado, as máfias, facções e demais organizações criminosas por meio da investigação, inteligência e desarticulação de seus negócios, atingindo seu patrimônio, suas fontes de financiamento e suas relações com agentes públicos, políticos, empresários e, especialmente, com o sistema financeiro, em vez de operações militares que vitimam principalmente a população trabalhadora. Pois o crime organizado e o narcotráfico são empresas capitalistas ilegais que mantêm relações com o sistema financeiro, setores do Estado e empresários.
- Confisco dos bens obtidos por atividades criminosas, punição dos agentes públicos envolvidos com organizações criminosas e dissolução dos grupos e estruturas com milícias existentes no aparelho de Estado tais como os batalhões da morte.
- Investigação e punição de corruptos e corruptores, com confisco dos bens obtidos por meio da corrupção.
- Políticas públicas de prevenção, tratamento e redução de danos para usuários de drogas.
- Incorporação de câmeras corporais para todos os agentes de segurança pública, com gravação ininterrupta e armazenamento das imagens sob controle de órgãos civis, garantindo acesso às gravações quando houver processo legal.
- Fim da Justiça Militar.
- Punição exemplar para tortura, execuções, desaparecimentos forçados, chacinas e demais crimes praticados por agentes responsabilizando também comandantes militares e civis.
- Desmilitarização da Polícia Militar e reversão da dinâmica de militarização das demais polícias e guardas municipais.

- Unificação das polícias em uma única instituição de caráter civil, com eleição de comandantes e delegados pela população e mandatos revogáveis.
- Direito de organização e sindicalização dos policiais. Fim dos abusos e do desrespeito que caracteriza o tratamento dos policiais dentro das instituições de segurança pública, com controle popular.
- Direito e estímulo à organização da autodefesa.
- Garantir que as instituições de segurança pública atuem na segurança da população — e não no seu controle social — é parte da luta pelos direitos democráticos da população trabalhadora.
- Garantia do direito à auto-organização da população para garantir sua própria segurança, seja diante do crime organizado e da criminalidade em geral, seja diante da violência do Estado através de suas polícias.
- A organização da autodefesa dos trabalhadores deve, sempre que possível, combinar-se com o chamado aos policiais e aos demais integrantes da base das instituições armadas do Estado para que se unam aos trabalhadores e defendam suas reivindicações. Afinal, os responsáveis pelas mazelas impostas à classe trabalhadora em nome do lucro dos grandes monopólios são os mesmos responsáveis pelas condições de vida dos próprios policiais e de suas famílias. Esse é o caminho que nos permitirá atingir o objetivo estratégico que buscamos. instituições.
- Contra os esquadrões da morte e grupo de justiceiros organizados por agentes do Estado. Expulsão de todos os envolvidos das polícias, dissolução imediata desses grupos, punição de todos os políticos envolvidos com as milícias e proibição de que qualquer agente do Estado envolvido com essas organizações volte a exercer cargo público.
- Responsabilização de bancos, fintechs e plataformas digitais pela adoção de mecanismos efetivos de prevenção às fraudes. E restituição imediata de valores desviados em casos de fraude eletrônica. A digitalização dos serviços não pode transferir à população os riscos das operações financeiras.

Direito e estímulo à organização da autodefesa

A luta para que as instituições de segurança pública atuem para garantir a segurança da população — e não seu controle social — é parte da luta pelos direitos democráticos da população trabalhadora. Mas ela não pode parar aí.

- Desde já é preciso estimular a população a se auto-organizar para garantir sua própria segurança, seja diante do crime organizado e da criminalidade em geral, seja diante da violência do Estado através de suas polícias.
- A organização da autodefesa dos trabalhadores deve, sempre que possível, combinar-se com o chamado aos policiais e aos demais integrantes da base das instituições armadas do Estado para que se unam aos trabalhadores e defendam suas reivindicações. Afinal, os responsáveis pelas mazelas impostas à classe trabalhadora em nome do lucro dos grandes monopólios são os mesmos responsáveis pelas condições de vida dos próprios policiais e de suas famílias. Esse é o caminho que nos permitirá atingir o objetivo estratégico que buscamos.

NEGROS E NEGRAS

- Expropriação imediata, sem indenização, de todas as fazendas do agronegócio que atuam sobre territórios indígenas e quilombolas;
- Titulação já dos territórios quilombolas e demarcação das terras indígenas;
- Fim das terceirizações. Salário igual para trabalho igual nos serviços públicos;
- Expropriação de todos os bilionários herdeiros de famílias escravocratas;
- Desmilitarização da PM e unificação das polícias sob controle dos trabalhadores;
- Revogação da Lei de Drogas e fim da privatização dos presídios. Desencarceramento em massa;
- Verba pública só para a educação pública. Implementação efetiva da Lei 11.645/2008, com ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena em toda rede de ensino.
- Contra a proposta de intervalo bíblico nas escolas públicas de PE, o ensino deve ser garantido de forma laica.

MULHERES

- Proteção real para as mulheres: delegacias especializadas 24h, casas-abrigo e rede de atendimento conforme a demanda, com recursos garantidos pelo Estado e sob controle das trabalhadoras e da população;
- Punição efetiva aos agressores, com garantia de proteção às vítimas;
- Campanhas massivas de combate à violência nas escolas, locais de trabalho e meios de comunicação;
- Organização de comissões de mulheres nos locais de trabalho, estudo e moradia para prevenir e enfrentar a violência;
- Emprego, renda e moradia como condição concreta para romper ciclos de violência; - Por emprego, salário digno e direitos para as mulheres!
- Salário igual para trabalho igual;
- Combate à desigualdade salarial e à superexploração das mulheres, especialmente das mulheres negras;
- Prioridade de acesso ao emprego e às políticas públicas para mulheres trabalhadoras, em especial as mais precarizadas. Chega da dupla jornada! Pela socialização do trabalho doméstico!
- Creches e escolas públicas, gratuitas e em tempo integral para todas as crianças, como condição para a independência das mulheres;
- Restaurantes populares e lavanderias públicas em todos os bairros;
- Ampliação dos serviços públicos de cuidado (idosos, pessoas com necessidades especiais) retirando das mulheres essa sobrecarga;
- Pelo direito ao corpo e à maternidade livre! - Educação sexual para decidir, contraceptivo para não engravidar, aborto legal e seguro para não morrer;

- Prioridade de acesso ao emprego, renda e políticas públicas para mulheres negras;

LGBTI's

- Vidas LGBTI+ importam: basta de violência e criminalização da LGBTfobia já! Casas-abrigo e proteção para vítimas de violência!
- Direito ao nome social, sem burocracia e sem taxas!
- Investimento na saúde especializada para pessoas LGBTI+. Direito à terapia hormonal e à cirurgia de redesignação pelo SUS, com acompanhamento adequado. Políticas de prevenção de IST's e tratamento para pessoas com HIV, especialmente nas periferias.
- Contra a patologização das identidades LGBTI+: não às "curas gays"! Educação sexual nas escolas e fim do financiamento de comunidades terapêuticas e manicômios.
- Pelo direito de existir, contra o apartheid trans! Trabalho, direitos, renda e dignidade! Cotas trans na UPE e concursos públicos, rumo ao pleno emprego!
- Por banheiros multigênero em órgãos públicos e o direito de pessoas trans e não binárias usarem o banheiro em que se sintam seguras.
- Emprego, qualificação profissional e políticas públicas para travestis e transexuais que queiram sair da prostituição.

POVOS INDIGENAS

*Demarcação e regulamentação já de todas as terras indígenas.

*Direito a reparações aos Povos Indígenas

IMIGRANTES

*Basta de Xenofobia e superexploração!

*Direitos civis, trabalhistas e sociais.

*A classe trabalhadora é uma só, seja brasileira, seja estrangeira.